

Minuta da Ata da 44ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 25/06/2008, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Samira Sana F de Sousa – Ministério de Minas e Energia
3. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
4. Marcel Stenner – Ministério da Fazenda

Outros Participantes:

5. Branca Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
6. Paulo José Chiarelli – Ministério das Relações Exteriores
7. Núbia Elizabeth de S. e Silva - Ministério do Meio Ambiente
8. Luís Carlos M. A. Job – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
10. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
11. Sofia Nicoletti Shellard – Ministério de Ciência e Tecnologia
12. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
13. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
14. Gustavo Luedemann – Ministério da Ciência e Tecnologia
15. Paulo José Chiarelli – Ministério das Relações Exteriores
16. Haroldo de Oliveira Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia
17. Ricardo Dislich - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
18. Bruno Kerlakian Sabbag – Ministério da Ciência e Tecnologia
19. Mauro Meirelles de Oliveira Santos – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos Ministérios.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro distribuiu aos membros da Comissão o relatório da última reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e passou a condução da reunião para a Dra. Branca Americano, do MCT, justificando que teria que estar na reunião de avaliação do plano de ciência e tecnologia e inovação, que foi agendada no mesmo dia e horário da reunião da CIMGC.

1. **Aprovação das Atas da 43ª reunião ordinária e da 6ª reunião extraordinária da Comissão Interministerial.**

A Dra. Branca Americano, representante do MCT, questionou aos demais membros se havia retificações ou complementações a serem feitas nas Atas da 43ª reunião ordinária e da 6ª reunião extraordinária da Comissão Interministerial.

A Sra. Samira Sana F. de Sousa, representante do MME, atentou para a presença de dois representantes do MF constando na listagem dos membros participantes da minuta da ata da 43ª reunião e solicitou correções no primeiro parágrafo do item 1.

Não havendo mais sugestões, as Atas da 43ª reunião e da 6ª reunião extraordinária foram aprovadas conforme as modificações apresentadas.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projetos **aprovados com ressalvas** cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos
ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

A Dra. Branca destacou que há seis projetos que não se encontram em conformidade com o artigo 7 da resolução nº 3, por não terem respondido aos respectivos ofícios da CIMGC dentro do prazo de 30 dias:

- 103 – Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu
(Of. MDL 317 de 30/11/2007, pedindo posição, foi respondido em 04/01/08 solicitando permanência do projeto)
- 107 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa CAMIL CAMAQUÃ
(Of. MDL 296 de 12/11/2007)
- 126 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa da URBANO Sinop
(Of. MDL 232 de 05/07/2007 foi respondido em 21/11/07, sem solução para o licenciamento)
- 184 – Projeto de Biomassa Roullier
(Of. MDL 306 de 28/11/2007, proponente irá submeter o projeto novamente)
- 188 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica Salto Santo Antônio
(Of. MDL 287 de 15/10/2007; em 19/12/07 solicitaram 40/60 dias de tempo)
- 197 - Projeto de Troca de Combustível para Gás Natural da Servatis e Carta Rio
(Of. MDL 290 de 15/10/2007)

O Dr. Haroldo leu a referida resolução, afirmando que a mesma não é taxativa e que é facultado à Comissão retirar um projeto de seu sistema por não atender a este prazo, tratando-se de ato administrativo discricionário da Comissão. Lembrou que, pelo princípio da isonomia, as decisões tomadas pela Comissão devem ser aplicadas igualmente a todos os projetos.

A Dra. Branca defendeu que este assunto seja tratado durante a próxima reunião da Comissão, dado o tempo que foi necessário para aprovação da resolução nº 8 da Comissão, motivo pelo qual alguns dos proponentes de projeto não teriam ainda uma resposta para as ressalvas da Comissão.

A Dra. Samira de Sousa, representante do MME, salientou que pode haver outras questões encaminhadas aos proponentes dos projetos em questão.

O Dr. Haroldo sugeriu que um ofício, avisando os proponentes que o prazo regulamentar não foi cumprido, seja encaminhado, automaticamente, toda vez que um projeto demore mais de 60 dias em sua resposta.

A CIMGC deliberou por enviar ofícios aos 6 projetos supracitados informando aos proponentes que o prazo de 60 dias não foi cumprido. A redação dos ofícios será a mesma dada anteriormente para os projetos em atraso nas suas respostas à CIMGC.

Projetos em **revisão** cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

A Dra. Branca informou que seis projetos encontram-se em revisão, mas não responderam ainda aos ofícios enviados pela Secretaria Executiva da CIMGC:

- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa (PCBG)
- 179 – Projeto de Energia Eólica Icarai
- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II
- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS
- 211 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Angelina

Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

- **186 – Projeto de hidrelétrica Baruíto**

O Sr. Mauro Meirelles, representado o MCT, lembrou aos membros presentes que se trata de um projeto cuja data de início da atividade de projeto é demasiadamente antiga, e que a usina já está em operação. Tal situação dificulta o entendimento de que o MDL contribuiu para a viabilização desse empreendimento, ou seja, pode comprometer a adicionalidade do projeto. Destacou que esta é a última ressalva que persiste e que, portanto, a Comissão deve decidir sobre a aprovação ou não desta atividade de projeto.

A Dra. Branca informou que em reunião técnica entre representantes do MCT, MMA e MME, foi discutida longamente a questão da adicionalidade de projetos pequenos, como PCHs. Expôs que os participantes concordaram que neste tipo de projeto, pode haver questões como a data da decisão do estabelecimento de uma atividade MDL que sejam dúbias ou incertas.

A Dra. Branca destacou que estes projetos são projetos que geram energia com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEEs) e que contribuem ao desenvolvimento sustentável. Informou que na referida reunião técnica optou-se por aprovar estes projetos que se encontram em uma “zona cinzenta” da interpretação sobre adicionalidade, mas que podem colaborar para o desenvolvimento sustentável produzindo energia com baixa emissão de GEEs.

O Dr. Adriano Santhiago, representante do MMA, concordou que tais projetos podem ser aprovados pela CIMGC uma vez que há outras instâncias onde este tema será avaliado.

A Dra. Samira de Sousa lembrou que a argumentação do próprio proponente é de que a EOD atestou a adicionalidade em seu relatório de validação, e que o mesmo foi aceito pela CIMGC. Questionou até que ponto a comissão deve questionar a adicionalidade quando as entidades responsáveis por esta avaliação já consideram o projeto adicional.

Assim, a CIMGC deliberou pela aprovação do projeto de hidrelétrica Baruíto.

➤ 209 – **Projeto COTRIBÁ de Tratamento de Dejetos de Suínos**

O Sr. Mauro Meirelles apresentou o projeto concluindo que o parecer do MCT teria uma única ressalva:

Fornecer documentos que comprovem o licenciamento ambiental para as granjas contempladas na atividade de projeto, tendo em vista a data de início de operação da atividade de projeto (14/11/2007), conforme descrito abaixo:

- ✓ Granja Bohrz: apresentar cópia da Licença de Operação válida.
- ✓ Granja Volta Gaúcha: apresentar cópia da Licença de Operação válida.
- ✓ Granja Quinze de Novembro: apresentar cópia da Licença de Operação válida.

O Dr. Adriano Santhiago esclareceu que apesar do MMA concordar que ainda não há licença ambiental de operação para todas as granjas, o projeto pode ser aprovado uma vez que todas essas se encontram em processo avançado de licenciamento. Explicou que as granjas de suínos habitualmente não são licenciadas, e que o fato destas granjas estarem em processo avançado de licenciamento deve ser entendido como uma conquista do MDL. Destacou que a prática de licenciamento integrado passou a ser adotada por órgãos ambientais para atender a celeridade necessária para o trâmite dos projetos no ciclo do MDL.

A CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto COTRIBÁ de Tratamento de Dejetos de Suínos.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios fora do prazo pedido pela Resolução 05 da CIMGC

➤ 200 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS

O Sr. Mauro Meirelles informou que o proponente enviou a documentação com atraso devido à falta de definição dos fatores de emissão (sistema único). Informou ainda que o proponente contactou a secretaria executiva da comissão avisando que a metodologia utilizada no projeto venceria em agosto, portanto antes da próxima reunião da CIMGC.

O Sr. Mauro Meirelles leu os questionamentos que constaram no ofício anteriormente enviado a estes proponentes:

1. Demonstrar que a ata apresentada em resposta ao Ofício nº MDL 303/2007/ CIMGC foi registrada em cartório, como o foram as outras atas encaminhadas pelos proponentes da atividade de projeto.
2. Apresentar argumentos sólidos para sustentar a tese de que o cenário com a atividade de projeto não é o mesmo cenário da linha de base. Informações adicionais devem ser fornecidas sobre como foi possível para o participante do projeto operar a central por tanto tempo sem que o projeto fosse submetido como atividade de projeto de MDL
3. Encaminhar cópia de Ofício enviado ao Órgão Ambiental do Estado (SEMA), no qual se solicita emissão de LI atualizada, constando a potência de 6,66 MW, em substituição à LI no 1096/2007.
4. Apresentar documentação contendo manifestação do Órgão Ambiental sobre o pedido referido na exigência 03, tendo em vista que o ofício referido acima foi encaminhado à SEMA no dia 14 de janeiro de 2008.
5. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 16 de janeiro de 2008, deliberou pela manutenção em revisão dos projetos que pleiteiam um fator de emissão diverso do indicado na página da CIMGC até o encerramento e análise do processo de Consulta Pública nº 01, de 07 de dezembro de 2007, sobre os Fatores de Emissão de CO₂ pela geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil. Assim que houver um posicionamento da Comissão será encaminhado um ofício informando sobre os resultados e procedimentos que deverão ser adotados.

O Sr. Mauro Meirelles esclareceu que a questão do fator de emissão, neste caso, seria tratada como decidido na 6ª reunião extraordinária e que a questão da adicionalidade deveria ser tratada como no caso do projeto Baruíto, assim, o parecer do MCT foi pela aprovação do projeto.

A Dra. Branca Americano sugeriu que fosse dado um prazo de uma semana para que os demais ministérios pudessem analisar a resposta do proponente, e caso não houvesse manifestação contrária o projeto deveria ser aprovado.

A Dra. Samira de Sousa manifestou concordância com o estabelecimento de um prazo para a análise do projeto.

O Dr. Marcel Stenner, pelo Ministério da Fazenda, reforçou que seu Ministério não se opunha a uma solução para mais este caso, mas pediu rigor em um prazo mínimo deste momento em diante para que os documentos fossem disponibilizados a tempo de serem analisados pelo corpo técnico de seu ministério evitando que se incluísse na pauta assunto para o qual não tenha havido tempo para análise.

A CIMGC deliberou por aprovar o Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS caso não houvesse manifestação contrária até o prazo de uma semana após a reunião.

➤ 210 – Centrais Hidrelétricas do Rio Piabanha (resposta em 17/06/08, seis dias úteis antes da reunião)

O Sr. Mauro Meirelles, apresentou o parecer do MCT, informando que das nove exigências que constaram no ofício da CIMGC, seis foram satisfatoriamente atendidas, podendo ser aprovado restando as seguintes ressalvas:

- 1) Definir a data de início da atividade de projeto em conformidade com a orientação do Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB. A data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto;
- 2) Apresentar o DCP/PDD e o Relatório de Validação, nas versões em português e em inglês, com as modificações solicitadas no item anterior.
- 3) Apresentar as declarações de conformidade das legislações ambiental e trabalhista assinadas pela AES Infoenergy Ltda.

A Dra. Samira de Sousa, concordou com as ressalvas, mas informou que consta no relatório de fiscalização da ANEEL que as resoluções de autorização da usina estão em processo de revogação devido à falta de uma das condicionantes da licença de instalação (LI). Acrescentou que este fato ainda não é definitivo e por isto não sabe avaliar se isto pode vir a impedir a aprovação do projeto.

O Dr. Adriano Santhiago informou que o entendimento do MMA é que, do ponto de vista legal, os proponentes cumpriram o que é exigido. Esclareceu que entende que o não cumprimento de uma condicionante da LI impede a liberação de uma licença de operação (LO), e que as condicionantes terão que ser atendidas no momento devido da implantação da usina.

A Dra. Branca esclareceu que sem o cumprimento das condicionantes da LI, não haveria a LO, e sem a LO não haveria a produção de energia, tendo como consequência o impedimento de emissão de RCEs. Portanto, concluiu que o problema apresentado não impede o projeto de ser aprovado.

A CIMGC deliberou pela aprovação com ressalvas do projeto Centrais Hidrelétricas do Rio Piabanha.

Projetos submetidos durante a última reunião:

➤ 212 – Projeto Sustentável de Suínos 01 - Captura e combustão de metano

O Sr. Mauro Meirelles, apresentou o projeto como sendo um projeto que auxiliaria o desenvolvimento sustentável por sua característica de tratar dejetos de suínos, mas que havia vários pontos que deveriam ser revistos. Esclareceu que o parecer do MCT era pela aprovação com ressalvas.

O Dr. Adriano Santhiago reforçou que, além de não terem sido enviados à CIMGC as LOs que estão citadas no relatório de validação, há um agravante que é o fato do projeto localizar-se no Rio Grande do Sul e os pareceres técnicos são de órgãos ambientais do Paraná e de Santa Catarina. Também aparece no PDD uma afirmação que este tipo atividade não necessita de análise de impacto ambiental, entretanto qualquer alteração na atividade precisa ser comunicada ao órgão licenciador. Também são mencionados 19 suinocultores, mas apenas 14 granjas participam do projeto. Na versão em português se menciona um período de 7 anos enquanto na versão em inglês é considerado o período de dez anos para o período de obtenção de créditos. Concluiu que por todos estes motivos o parecer do MMA é pela revisão do projeto.

A Dra. Samira de Sousa concordou com a revisão do projeto, lembrando que há problemas quanto à numeração e informação constantes nas notas de rodapé do PDD, localização das fazendas, que não está clara, referência errado ao código do escopo setorial, esclarecimentos quanto ao fator de conversão utilizado para o metano, que difere para dois estados diferentes e que consta no PDD que haverá uma reversão dos créditos de carbono em favor dos suinocultores, mas que como isto se dará não está claro.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Sustentável de Suínos 01 - Captura e combustão de metano, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Corrigir a localização da atividade do projeto para indicá-la corretamente através do sistema referencial de localização terrestre UTM, baseado em coordenadas métricas definidas para cada uma das 60 zonas. O sistema UTM deve contar com a indicação da zona UTM, já que as mesmas coordenadas métricas se repetem em todas as 60 zonas. Exemplo de coordenada UTM: Zona 23, N 8.569.300, E 645.750. As coordenadas indicadas na tabela que consta no item A.4.1.4 devem estar de acordo com o sistema utilizado
- ✓ Esclarecer os percentuais de Fator de Conversão de Metano – MCF aplicados como parâmetros de linha de base.
- ✓ Esclarecer quantas granjas compõe o projeto, uma vez que na pág. 7 do DCP menciona-se que o projeto compreenderá 19 suinocultores terceirizados, na

tabela da página 8 observa-se 20 códigos de projeto e, ao verificar-se o nome das fazendas, lista-se apenas 14 fazendas.

✓ Refazer a tradução do PDD, para evitar erros do tipo:

- Duração do primeiro período de obtenção de créditos, item C.2, em desacordo com o PDD;
- A tabela do item A.4.3 do DCP está com o formato de numeração em inglês;
- A 1ª frase do item A.4.1.4 diz que “Goiás estado é caracterizada pela pecuária e (...)”;
- A frase imediatamente anterior à figura, no item A.4.2, não está coerente: “A redução das emissões de GEE é conseguida através da combustão de metano conteúdo do biogás, que é convertida em CO₂ e de outros gases não GEE, evitando, portanto, as emissões de metano”;
- A última frase do segundo parágrafo, item B.4, tem um erro, destacado em negrito a seguir: “As desvantagens são, o significativo espaço físico que é exigido, a necessidade de remover a lama acumulada (cada 3 / 5 anos) e **de** baixa eficiência de remoção do nitrogênio”;
- As notas de rodapé 9 e 10 do DCP (que correspondem às notas 8 e 9 no PDD) não constam no documento, mas são indicadas no texto.

2. No Relatório de Validação, corrigir problemas de tradução, como o título da atividade de projeto que diverge do título oficial constante do item A.1 do DCP.
3. Fornecer cópia dos avisos de recebimento das cartas-convite enviadas para o órgão municipal ambiental e associação comunitária dos municípios de Vacaria e Casca, ambos localizados no estado do Rio Grande do Sul. Em relação ao município de Santo Antônio da Barra, localizado em Goiás, fornecer cópia do aviso de recebimento da carta-convite enviada para o órgão municipal ambiental. Caso não existam tais cartas, ou se envia uma declaração dizendo que tais atores não existem, ou se refaz o processo de consulta, de forma que o envio dos convites aos atores locais afetados e/ou interessados seja anterior ao período aberto a comentários públicos no processo de validação. Os proponentes de projeto poderão optar por enviar a esta Comissão carta de cada um dos atores obrigatórios confirmando que foram comunicados sobre o projeto, mas que, eventualmente, não têm nada a questionar sobre o ele.
4. Fornecer documentos que comprovem o licenciamento ambiental para a implantação do projeto nas granjas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul; com relação às granjas localizadas em Goiás, apresentar manifestação do órgão ambiental quanto à exigência ou não da Licença Ambiental, uma vez que no Parecer Técnico DQ/GCP Nº 96/2008, expedido pela Agência Ambiental de Goiás, ao mencionar que “...avaliando os conceitos do projeto e seu

dimensionamento, recomendamos a aprovação e implantação com o devido acompanhamento técnico.....” não foi possível concluir se a licença ambiental se faz necessária ou não para esta atividade.

5. Esclarecer a razão de terem sido apresentadas manifestações dos órgãos ambientais dos Estados de Santa Catarina (Ofício nº 006/2008-CDR) e Goiás (Parecer Técnico DQ/GCP Nº 96/2008, tendo em vista a localização das atividades de projeto é nos Estados de Goiás e do Rio Grande do Sul).

➤ 213 – Rialma Companhia Energética III S/A - Santa Edwiges III
Pequena Central Hidrelétrica - Projeto de pequena escala

O Sr. Mauro Meirelles destacou que o projeto pode auxiliar no Desenvolvimento sustentável, mas que apresenta questões que precisam ser sanadas como, esclarecer a data de início de atividade de projeto, compatibilizar datas entre seções do PDD, esclarecer o início da produção de energia, referências a metodologias que não são utilizadas, esclarecimentos acerca da adicionalidade do projeto, esclarecimentos quanto à análise financeira, problemas de tradução do PDD e do relatório de validação, falta de documentação que comprove a análise financeira, dúvidas sobre a localização do projeto.

A Dra. Samira de Sousa concordou pela revisão do projeto, acrescentando questionamentos quanto ao esclarecimento da capacidade instalada da usina, erros de tradução, falta de uma figura com a localização da usina, corrigir a classificação da usina que consta como PCH (referência a uma resolução da ANEEL que já foi revogada), alterar o período de obtenção de créditos e esclarecer o marco do início de atividade de projeto.

O Dr. Adriano Santhiago acrescentou que a data do início de obtenção de créditos é anterior à previsão da emissão da LO, reforçando a posição do MME de que a data do período de obtenção de créditos precisa ser corrigida.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Rialma Companhia Energética III S/A - Santa Edwiges III Pequena Central Hidrelétrica - Projeto de pequena escala, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir a data de início da atividade de projeto, observando que esta usina concluiu suas obras de desvio do rio em abril de 2008 e que o Relatório de Fiscalização da ANEEL de junho de 2008 informa que se aguarda a regularização do seu cronograma. A data correta para início da atividade de projeto, conforme o esclarecimento do Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório de sua 33ª Reunião, deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
2. Compatibilizar as datas apresentadas na tabela 4, na seção B.6.4 e na seção C.2 do DCP/PDD, refazendo os cálculos, se for o caso.
3. Indicar claramente a data de início da produção de energia pela Santa Edwiges III.
4. Corrigir no DCP/PDD as referências a 11,0 MW para a capacidade instalada da usina, já que o valor correto, muitas vezes mencionado e também correspondente ao valor da outorga pela ANEEL, é de 11,6 MW.

5. Corrigir o texto do DCP/PDD que trata do enquadramento da usina como PCH pela ANEEL, já que a Resolução mencionada no texto (Res. 394/1998) foi revogada pela Resolução 652/2003.
6. Retirar do DCP a referência à metodologia ACM0001, na seção B.4, visto que essa metodologia não é utilizada.
7. Fornecer evidências que o incentivo do MDL foi considerado seriamente na tomada de decisão de fazer a usina. As evidências devem ser baseadas em documentação da época da tomada de decisão que deve ser de preferência documentação oficial, legal e/ou institucional.
8. Justificar a utilização do custo médio ponderado de capital (WACC) como *benchmark* para demonstrar a adicionalidade da atividade de projeto. De acordo com a Ferramenta para demonstração da adicionalidade, versão 4, um padrão de referência interno da empresa (custo de capital médio ponderado da empresa) pode ser usado “se houver apenas um desenvolvedor potencial do projeto”. Neste caso, os participantes de projeto devem demonstrar que esse padrão foi consistentemente usado no passado, ou seja, atividades de projeto sob condições similares desenvolvidas pela mesma empresa usaram o mesmo padrão.
9. Refazer toda a tradução do PDD, pois o DCP apresenta erros que comprometem seu entendimento, como, por exemplo:
 - ✓ a seção B.7.1 do DCP não apresenta todas as informações da do PDD;
 - ✓ o Anexo 5 que, além de estar em inglês, apresenta uma numeração errada;
 - ✓ a seção D.2 do DCP está incompleta frente à apresentada no PDD;
 - ✓ tradução das tabelas e figuras;
 - ✓ diferentes datas (tabela 4, na seção B.6.4 e na seção C.2) entre o DCP/PDD.
10. Revisar a versão em português do Relatório de Validação, para evitar erros do tipo:
 - ✓ número da versão diferente da versão em inglês;
 - ✓ erros no índice;
 - ✓ títulos de seções, que estão em inglês.
11. Enviar planilhas e documentos que possam comprovar os dados e cálculos apresentados, como o “Arquivo Econômico-financeiro”, citado como anexo na página 16 do DCP.
12. Confirmar se o projeto inclui também os municípios de Posse e de Alvorada do Norte, conforme o DCP informa, na seção A.4.1.4 e na seção E.1. Em caso afirmativo, enviar as cartas-convite a eles referentes, conforme pede a Resolução N° 01, refazendo o processo de consulta, de forma que o envio dos convites aos atores locais afetados e/ou interessados seja anterior ao período aberto a comentários públicos no processo de validação. Os proponentes de projeto poderão optar por enviar a esta Comissão carta de cada um dos atores obrigatórios confirmando que foram comunicados sobre o projeto, mas que, eventualmente, não têm nada a questionar sobre o ele.
13. Corrigir o Anexo III, que se refere erradamente à usina Mambai e não à Santa Edwiges III (página 2).

Novo projeto apresentado:

A Dra. Branca Americano informou que há apenas um projeto apresentado que deva ser avaliado até a próxima reunião da Comissão.

➤ 214 – Projeto de Troca de Combustível da INPA

3. Outros Assuntos

- Apresentação, pelo MME, de uma sugestão de data de início de atividade de projeto para os novos projetos envolvendo o setor elétrico submetidos à CIMGC, com base em consulta à ANEEL e na exigência do Conselho Executivo do MDL.

A Dra. Samira de Sousa apresentou documento elaborado pelo MME intitulado “Procedimentos para Registro ou Autorização de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica”, como subsídio para os membros avaliarem as seguintes propostas:

Considerar, segundo a decisão do Conselho Executivo do MDL (EB), que para PCHs:

1. Implementação: corresponderia a despacho de aprovação do projeto básico;
2. Construção: início das obras civis;
3. Tomada de ação para a atividade de projeto: requerimento à ANEEL de registro para a realização de estudos de projeto básico de determinada usina.

Lembrou, no entanto, que entre a etapa “requerimento à ANEEL de registro para a realização de estudos de projeto básico de determinada usina” e o início das obras, haveria ainda uma grande incerteza quanto à implementação da usina.

A Dra. Branca Americano agradeceu pelo detalhado estudo. Esclareceu que as datas de implementação, construção e tomada de decisão a que se refere o EB dizem respeito ao projeto de MDL, e nem sempre equivalem às datas do processo padrão de execução de um empreendimento, como uma usina, por exemplo.

A Dra. Branca Americano sugeriu que o estudo deveria ser analisado pelos membros, à luz dos documentos recém publicados pelo EB, como o *CDM Validation and Verification Manual (CDM-VVM)*.

A pedido do MME o Dr. Haroldo, pelo MCT, esclareceu que não há impedimento para a CIMGC criar um critério adicional para o estabelecimento de data de início de atividade de projeto, dado que a Decisão 17/CP.7, endossada pela Decisão 3/CMP.1, determina que a Autoridade Nacional Designada pode estabelecer critérios adicionais. Alertou, apenas, que a Comissão precisa refletir sobre a oportunidade e conveniência de exercer esta prerrogativa em cada caso concreto.

O Dr. Marcel Stenner, pelo MF, manifestou-se no sentido de utilizar as informações prestadas como fundamento para uma análise caso a caso, ao invés de tratar do assunto em Resolução.

A CIMGC deliberou por tratar novamente deste assunto na próxima reunião ordinária da Comissão.

- Pedido de esclarecimento dos proponentes do projeto “Projeto de Cogeração com Bagaço Vale do Rosário (PCBVR)” quanto aos documentos necessários para emissão de nova Carta de Aprovação, devido à mudança de razão social de um proponente nacional na busca pela renovação do período de créditos. Detalhes: o projeto terminou seu primeiro período de créditos em 08/06/2008; o ponto focal estabelecido é a Econergy, mas quem pede informações é a Rhodia; a Econergy confirma que o projeto está em processo de renovação do período de créditos, que ela deve sair do projeto e que a Rhodia entraria como um dos proponentes no segundo período de créditos.

O Sr. Bruno Sabbag, pelo MCT, informou que a secretaria executiva da CIMGC está estudando o caso segundo as regras de direito comercial brasileiro, internacional e normas do EB. Esclareceu que uma minuta de resposta seria apresentada na próxima reunião da Comissão para ser apreciada pelos membros.

- Decisão sobre como proceder com os projetos que não respondem no prazo de 60 dias aos ofícios da Comissão.

O Dr. Haroldo lembrou que, conforme decidido no início desta reunião, serão enviados ofícios aos proponentes dos projetos em atraso na sua resposta à CIMGC. Nos casos em que os ofícios já foram enviados, um novo ofício será enviado, reiterando o primeiro e comunicando o descumprimento dos prazos estabelecidos nas Resoluções da Comissão. Recomendou que para uma decisão definitiva sobre o procedimento a ser adotado pela Comissão nos casos de ausência de resposta, deverá ser realizada uma análise caso a caso. Recomendou também que os projetos nesta situação sejam listados para apresentação na próxima reunião da Comissão.

A CIMGC deliberou por analisar esta questão caso a caso, estando a secretaria executiva incumbida de apresentar a listagem dos projetos e a sua situação na próxima reunião ordinária da comissão.

- Informações aos membros da CIMGC sobre ofício enviado à SEPED pela Justiça do Trabalho referente à “penhora de créditos de carbono”.

O Sr. Bruno Sabbag informou aos membros da Comissão que esta solicitação foi encaminhada diretamente à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) do MCT e não à CIMGC ou à sua secretaria executiva. Informou também que o juiz solicitante requisitou sigilo sobre o caso, por se tratar de análise da possibilidade de penhora créditos de carbono.

Sugeriu que os membros mantivessem os seus Ministérios informados sobre a possibilidade de serem notificados pelo mesmo motivo e, caso isto aconteça, recomendou que se comuniquem com a secretaria executiva da CIMGC a fim de se discutir as soluções adequadas para o caso.

O Sr. Paulo Chiarelli, pelo MRE, aproveitou a ocasião para anunciar aos membros da comissão de que receberiam um convite do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado para uma palestra, seguida de debate, sobre “O Brasil nas Negociações sobre Mudança do Clima”.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Dra. Branca Bastos Americano agradeceu a presença de todos os representantes dos Ministérios e encerrou a reunião.